



HORTIFRUTI de cada dia
Relatório de Administração: Quem somos: Iniciamos nossa jornada em 1979 com um propósito muito claro: prover saúde e bem-estar para cada um de nossos clientes, oferecendo excelência em hortifrútes e produtos frescos. Nossas raízes são de Minas Gerais, e temos orgulho em dizer que a simplicidade e o respeito são pilares essenciais da nossa Companhia. Em 1984, demos um passo importante na nossa história e expandimos nossa operação para a cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo. Em 1992, abrimos a primeira loja em Brasília no Distrito Federal, e em 1995 chegamos à cidade de São Paulo. Em 2017 a 2024, tivemos como sócia a Crescera Capital, o Oba Hortifruti ("Companhia" e/ou "Oba"), razão social Grupo Fatura de Hortifruti S.A., momento importante na Companhia e passamos por um processo de crescimento acelerado, tocando na profissionalização e governança da Companhia. Em 2025, após alguns anos desta parceria, rompemos a barreira de R\$ 3,1 bilhão de receita líquida, e sabemos que podemos ir muito mais longe. Posicionamos-nos como uma rede varejista especializada em alimentos perecíveis frescos, onde nosso sucesso e crescimento estão apoiados em 3 pilares estratégicos: Experiência de compra única, Excelência operacional e Preocupação com o produto. Nossa cultura e nosso "jeito Oba de Ser" são fundamentais para executarmos com maestria essa estratégia e nos diferenciar no mercado. Em um mundo cada vez mais digital onde os clientes são heterogêneos e imprevisíveis, sabemos que nosso sucesso e crescimento somente serão possíveis com um posicionamento muito claro e com um serviço que proporcione encantamento do cliente em toda e qualquer interação, onde, quando e como ele quiser. No competitivo mundo do varejo e dos negócios, tão importante quanto saber quem você é, é saber quem você não é. Nós não somos supermercado. Somos Oba Hortifruti. **Principais Indicadores Financeiros e Operacionais:** O resultado acumulado do ano de 2025 foi marcado pela consistência dos resultados operacionais, com um primeiro semestre desafiador, seguido por forte recuperação no terceiro e no quarto trimestres. A Companhia manteve sua resiliência em um cenário de inflação elevada e juros altos, que impactaram o custo do crédito e o poder de compra dos consumidores. Esse contexto exigiu adaptações estratégicas para fortalecer o relacionamento com os clientes e estimular o fluxo em lojas físicas e canais digitais. Seguimos firmes em nosso propósito de crescimento sustentável nas vendas, impulsionado pela expansão e maturação do parque de lojas, além da maior participação dos canais digitais no total de receitas. Em 31/12/2025, operamos com 76 lojas, 2 centros de distribuição e 1 frigorífico próprio. A tabela a seguir apresenta uma seleção de informações financeiras e operacionais derivadas das nossas informações contábeis intermediárias, consolidadas, para os exercícios indicados:

	12M25	12M24	Var (%)
Receita Bruta	3.493	3.166	10,3%
Receita Líquida	3.192	2.903	10,0%
Lucro bruto	1.290	1.195	7,9%
Margem Bruta	40,4%	41,2%	(0,8) p.p.
EBITDA⁽¹⁾	351	352	-0,3%
Margem EBITDA⁽²⁾	11,0%	12,1%	(1,1) p.p.
EBITDA Ajustado⁽³⁾	393	393	2,6%
Margem EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	12,3%	13,2%	(0,9) p.p.
Lucro Líquido	79	83	-4,8%
Margem Líquida	2,5%	2,9%	(0,4) p.p.
Receita Líquida Total	3.192	2.903	10,0%
Receita Líquida Canal Físico ⁽⁵⁾	2.991	2.729	9,6%
Receita Líquida Canais Digitais ⁽⁶⁾	201	174	15,5%
Share da Venda Digital	6,3%	6,0%	0,3 p.p.
Vendas Mesmas Lojas (Bruta)	3.378	3.036	11,3%
Vendas Mesmas Lojas (Líquida)	3.087	2.784	10,9%

	Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Ativo	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	9	82.213	241.120	82.213	241.419	
Aplicações financeiras	10	-	2.598	-	2.598	
Instrumentos financeiros						
derivativos	29.d	21.432	36.093	21.432	36.093	
Contas a receber de clientes	11	188.899	205.123	188.899	205.123	
Estoques	12	227.167	195.095	227.167	195.095	
Tributos a recuperar	13	54.611	30.206	54.611	30.221	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.367	980	1.367	980	
Outros créditos		20.065	12.684	20.063	12.835	
Circulante		595.754	723.899	595.752	724.364	
Outros créditos		904	285	904	285	
Investimentos temporários	15	457.239	391.513	457.239	391.513	
Depósitos judiciais		47.254	34.996	47.254	34.996	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27c	303.861	321.483	303.863	321.485	
Tributos a recuperar	13	52.962	46.776	52.962	46.776	
Partes a receber com mútuas relacionadas	14	91	-	91	-	
Revelável a longo prazo		862.311	795.053	862.313	795.055	
Ativo de direito de uso	17.a	384.229	404.705	384.229	404.705	
Imobilizado	16	527.344	505.891	527.344	505.928	
Intangível		11.522	14.055	11.522	14.055	
Não circulante		1.785.406	1.719.704	1.785.408	1.719.743	
Total do ativo		2.381.160	2.443.603	2.381.160	2.444.107	

	Demonstrações do resultado		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Receitas de vendas	24	3.192.356	2.903.190	3.192.356	2.903.190	
Custos das vendas	25	(1.902.332)	(1.708.566)	(1.902.332)	(1.708.565)	
Lucro bruto		1.290.024	1.194.624	1.290.024	1.194.625	
Despesas com vendas e distribuição	25	(852.683)	(750.160)	(852.716)	(750.160)	
Despesas gerais e administrativas	25	(183.805)	(191.588)	(183.724)	(195.385)	
Provisão/Reversão por perda por redução do valor recuperável do contas a receber	25	(87)	21	(87)	21	
Outras receitas (despesas) líquidas	25	(42.438)	(31.292)	(42.437)	(31.291)	
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		211.011	221.605	211.060	217.810	
Equivalência patrimonial		32	(3.775)	-	-	
Receitas financeiras	26	167.453	155.366	167.459	155.392	
Despesas financeiras	26	(257.966)	(245.415)	(257.972)	(245.421)	
Resultado financeiro, líquido		(90.513)	(90.049)	(90.513)	(90.029)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		120.530	127.781	120.547	127.781	
Imposto de renda e contribuição social corrente	27.a	(25.924)	(22.241)	(25.941)	(22.241)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	27.a	(15.489)	(22.497)	(15.489)	(22.497)	

	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
	Capital social	Reserva de benefício fiscal	Reserva de benefício fiscal	Reserva de subvenção legal	Reserva de retenção de lucro	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 1º/01/2024	91.438	20.000	31.908	382.667	18.288	53.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.043
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(292)
Eleito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	99
Destinação do lucro:						
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	23.d	-	(4.909)	-	-	4.909
Constituição da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	23.e	-	-	87.952	-	(87.952)
Saldo em 31/12/2024	91.438	20.000	31.908	470.619	18.288	53.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.117
Hedge de fluxo de caixa	23.g	-	-	-	-	6.275
Eleito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	23.g	-	-	-	-	(2.133)

	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
	Capital social	Reserva de benefício fiscal	Reserva de benefício fiscal	Reserva de subvenção legal	Reserva de retenção de lucro	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 1º/01/2024	91.438	20.000	31.908	382.667	18.288	53.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.043
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(292)
Eleito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	99
Destinação do lucro:						
Distribuição de dividendos	23.f	-	-	-	(35.991)	-
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	23.d	-	(4.909)	-	-	4.909
Constituição da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	23.e	-	-	84.026	-	(84.026)
Conversão da reserva de lucros para aumento de capital	23.a	-	-	-	-	17.568
Saldo em 31/12/2025	109.006	20.000	26.999	554.645	18.288	149

1. Contexto operacional: O Grupo Fatura de Hortifruti S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Américo Ribeiro dos Santos, s/nº - Lote Gleba 06.F, Parque Bandeirantes I (Nova Veneza), na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, bem como por canais digitais. A Companhia atua, somente, no segmento varejista e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. Em 31/12/2025, o Grupo apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 34.953 (positivo de R\$ 121.661 em R\$ 121.030 em 31/12/2024), controladora e consolidado, respectivamente. O Grupo apresentou um lucro líquido no exercício de R\$79.117 (R\$ 83.043 em 2024) e um fluxo de caixa operacional positivo. O capital circulante líquido negativo ocorreu principalmente pelas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, onde tivemos uma redução de R\$ 158.907 comparativamente ao exercício de 2024 devido a não realização de captação de empréstimos e financiamentos no último trimestre de 2025, quando usualmente captávamos em novembro ou dezembro do ano anterior para custear as liquidações do ano subsequente, contudo, em virtude das condições de mercado, foi captado em janeiro de 2026 o montante de R\$ 150 milhões com vencimento de longo prazo; e em fornecedores onde tivemos um aumento de R\$ 158.907 comparativamente ao exercício de 2024 devido ao acordo firmado com os fornecedores no mês de dezembro para a postergação do vencimento das duplicatas a pagar, visando a retenção de caixa para o final do exercício de 2025. A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, uma vez que, apresenta patrimônio líquido positivo, caixa e líquido gerado das atividades operacionais positivo e lucro líquido recorrentes. **2. Relação de entidades controladas:** Segue abaixo a relação da entidade controlada pela Companhia:

Controlada	Participação em 31/12/2025 (%)	Participação em 31/12/2024 (%)
Fresh Labs Ltda.	-	100,0
A controlada Fresh Labs Ltda. ("Fresh Labs"), foi constituída em 03/11/2021 e teve suas atividades encerradas em 2025, sendo baixada em 26/12/2025. A controlada tinha como atividade principal "intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários".		
3. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30/03/2026. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. 4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam		

Grupo Fatura de Hortifruti S.A.
 CNPJ/MP nº 04.972.092/0001-22 - NIRE 33.500.509.668

Demonstrações Financeiras para Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	12M25	12M24	Var (%)
Números de Lojas	76	73	4,1%
São Paulo Capital	33	32	3,1%
São Paulo Interior	16	15	6,7%
Campinas	12	12	0,0%
Distrito Federal	13	12	8,3%
Goiânia	2	2	0,0%

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não sendo coberta divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução Normativa nº 527/17. O EBITDA representa a operação operacional da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. (2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. (3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um exercício ajustado para efeitos de resiliência da Companhia em um determinado exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a rubrica de "Outras receitas (despesas) líquidas". O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas para o desempenho operacional ou alternativo ao lucro líquido. (4) O lucro líquido é o indicador de liquidez da Companhia. (5) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida. (6) Venda originada por clientes dentro das lojas físicas. (7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou "Click-and-Collect", onde o cliente orienta a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja. **Receita líquida:** Receita líquida no exercício social encerrado em 31/12/2025 totalizou R\$ 3.192 bilhões comparativamente a R\$ 2.903 bilhões em 2024, o que representou um aumento de R\$ 299 milhões ou 10,0%. Esse crescimento foi conquistado com forte crescimento no mesmo período em 2024, representando um aumento de R\$ 102,5 milhões ou 13,7%. O crescimento decorre, principalmente: (i) do aumento das vendas e a maturação das novas lojas, que ainda apresentaram menor margem de contribuição; (ii) inflação elevada no período. As despesas com vendas e distribuição representaram 26,7% da receita líquida em 2025.

	Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Passivo	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fornecedores	18	224.773	163.266	224.773	163.266	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	146.687	194.064	146.687	194.064	
Instrumentos financeiros						
derivativos	29.d	17.660	18.591	17.660	18.591	
Passivo de arrendamento	17.b	98.516	93.891	98.516	93.891	
Obrigações sociais e trabalhistas	20	86.797	83.807	86.797	84.715	
Obrigações tributárias	21	21.900	21.565	21.900	21.763	
Parcelamentos tributários		1.817	2.388	1.817	2.388	
Imposto de renda e contribuição social		9.809	10.060	9.809	10.054	
Contas a pagar		22.101	13.061	22.101	13.061	
Outros passivos		1.248	1.545	1.248	1.551	
Circulante		630.708	602.238	630.708	603.334	
Provisão para passivo a descoberto em controlada		-	592	-	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	656.988	771.884	656.988	771.884	
Passivo de arrendamento	17.b	355.309	371.903	355.309	371.903	
Parcelamentos tributários		2.538	221	2.538	221	
Provisão para processos judiciais	22	4.736	12.555	4.736	12.555	
Outros passivos		1.794	2.391	1.794	2.391	
Não circulante		1.021.365	1.159.546	1.021.365	1.158.954	
Total do passivo		1.652.073	1.761.784	1.652.073	1.762.288	
Capital social	23.a	109.006	91.438	109.006	91.438	
Reservas de capital	23.b	20.000	20.000	20.000	20.000	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	149	-	149	
Reserva de lucros	23.c	599.932	574.374	599.932	574.374	
Patrimônio líquido		729.087	681.819	729.087	681.819	
Total do patrimônio líquido		2.381.160	2.443.603	2.381.160	2.444.107	

	Demonstrações do resultado		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Lucro do exercício		79.117	83.043	79.117	83.043	
Lucro atribuível a acionistas controladores		79.117	83.043	79.117	83.043	
Lucro atribuível a acionistas não controladores		-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		79.117	83.043	79.117	83.043	
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - RS	28	28,45	29,86			

★ continuação

sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **l. Instrumentos financeiros: (I) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das contraprestações contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, menos os custos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(II) Classificação e mensuração subsequente:** *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **A** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **B** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **A** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; **B** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **A** Políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa de ativos. **C** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; **D** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **E** Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e **F** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao custo amortizado ou ao VJR no resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** **A** O Grupo não reconhece ativos que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **B** Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; **C** O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; **D** Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais também não são reconhecidos. **Arrendamentos de ativos de alto valor:** **A** Os contratos acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com o critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desconhecimento:** *Ativos financeiros:* O Grupo desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar a passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Mais informações sobre as políticas contábeis do Grupo e o gerenciamento de risco relacionadas a instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge são fornecidas na Nota 29.d. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de Ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de hedge, reconhecida em outros resultados abrangentes em um componente separado no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge é transferido para o patrimônio líquido e o valor acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **J** **Redução ao valor recuperável (impairment):** **(i) Ativos financeiros:** *Instrumentos financeiros:* O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo está inserido no segmento de hortifrúti/jarros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contratos de arrendamentos são a valor igual à perda de crédito esperada para a vida útil do instrumento. Ao determinar o custo líquido de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. O custo líquido do instrumento com risco de crédito é determinado quando **A** é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **B** o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, na diferença entre o valor presente do fluxo de caixa esperado com o valor presente do contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrerem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Caixa	2.301	2.236	2.301
Bancos conta movimento	5.559	9.593	5.559
Numerários em trânsito	15	275	15
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	74.338	229.016	74.338
	82.213	241.120	82.213

As aplicações financeiras estão representadas por Operações compromissadas com títulos emitidos pelas instituições financeiras, cujos rendimentos estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário com média de rentabilidade entre 90% a 95% do CDI em 31/12/2025 (94% a 104,5% do CDI em 31/12/2024) e possuem liquidez imediata. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receita financeira.

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
BR Renda Fixa CP Corporate Agil ⁽ⁱ⁾	-	2.598	-
	-	-	2.598

O Grupo apresenta aplicações financeiras em fundos de investimento com o Banco do Brasil que correspondem a porção mínima de 5,00% de garantia do financiamento obtido junto ao mesmo, conforme detalhado na nota explicativa 15.g. A aplicação apresentou uma remuneração acumulada em 31/12/2024 de 8,0881%, onde devido a liquidação do contrato de empréstimos em 28/12/2024 houve o resgate integral da aplicação em janeiro de 2025.

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Duplicatas e cheques a receber	2.151	612	2.151
Duplicatas a receber com partes relacionadas (Nota 14)	627	623	623
Outras contas a receber	13.520	11.614	13.520
Administradoras de cartão	172.700	192.086	172.700
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(188.998)	(205.135)	(188.998)
	(99)	(12)	(99)
Total	188.899	205.123	188.899

As operações com administradoras de cartão são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas com vendas e distribuição. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo reconhece as perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, o Grupo tem como política reconhecer créditos em caso de saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging list abaixo e sem provisionamento refere-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, a qual a Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma estimativa de perda foi necessária. O Grupo possui perdas estimadas de crédito no montante de R\$ 99 em 31/12/2025 (R\$ 12 em 31/12/2024), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
A vencer	187.564	204.719	187.564
Vencidos:			
30 dias	1.233	334	1.233
60 dias	56	56	56
90 dias	8	13	8
120 dias	0	0	0
180 dias	23	5	23
Acima de 180 dias	114	10	114
Total	188.998	205.135	188.998

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Grupo Faturta de Hortifrúti S.A.

Evidência objetiva do que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **A** dificuldades financeiras significativas do devedor; **B** quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; **C** reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; **D** a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **E** o desparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber). **Baixas:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **k. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. **Com arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá o direito de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **A** pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; **B** valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e **C** o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos custos de mercado. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **1. Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nesta data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de não pagamento. **Arrendamentos de ativos de alto valor:** O Grupo reconhece os pagamentos do Grupo requer para mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na avaliação de um ativo ou passivo. Se um ativo ou passivo não estiver disponível em um mercado ativo, o Grupo mensura o valor justo de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo identificado nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento é mensurado inicialmente pelo valor justo para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **m. Provisões para processos judiciais:** Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, após a eliminação dos requisitos principais. **n. Lucro por operação:** O lucro por operação é o lucro líquido operacional, após a dedução do número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado. **8. Normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a. IFRS 18/CPC-51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS-1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz mudanças significativas nas demonstrações financeiras e requer que as entidades classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. **A** As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. **B** Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: **A** Ausência de conversibilidade financeira (alterações ao CPC 02/IAS 21); **B** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40).

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Material de embalagem e uso e consumo	4.049	4.575	4.049
Incorporação em andamento	14.013	11.306	14.013
Almoxarifado	7.354	4.159	7.354
	227.167	195.095	227.167

As perdas estimadas de estoques foram realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto. A perda líquida constituída nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício foi de R\$ 1.795 (R\$ 1.096 em 31/12/2024) e foi aplicada aos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Saldo inicial	1.098	10.348	1.098
Constituição	2.974	12.922	2.974
Realização da perda	(2.277)	(22.172)	(2.277)
Saldo final	1.795	1.098	1.795

14. Partes relacionadas: a. Controladora e consolidado: (i) Contas patrimoniais - Ativo e Passivo:

	31/12/25				Impacto nas contas patrimoniais			
	Contas a receber		Mútuos temporários		Passivo de arrendamento		Fornecedores a receber	
	(nota 11)	(nota 15)	(nota 15)	(nota 17.b)	(nota 18)	(nota 11)	(nota 11)	(nota 18)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	(35.534)	-	-	-	(43.879)
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	(14.207)	-	-	-	(13.962)
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	22	-	-	(3)	-	-	-	(59)
Carlos Roberto Alves (i)	3	-	-	-	-	12	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii)	1	-	-	(180)	-	6	-	(354)
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Sevsa Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	7	-	(402)
Mocca Administradora de Aluguéis Ltda. (i) (ii)	-	-	-	(23.546)	(163)	-	-	(27.429)
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	601	-	-	-	-	592	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	(29.885)	-	-	-	(33.738)
AC Brito Participações. (i)	-	-	-	-	(3)	-	-	-
Alves Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	-	(10.402)	-	-	-	(9.849)
CRALA Empreendimentos e Participações Ltda. (iv)	-	457.239	91	-	-	391.513	-	(51)
	627	457.239	91	(113.757)	(170)	623	391.513	(129.270)

	31/12/25				31/12/24			
	Vendas de mercadorias		Juros com mútuos temporários		Vendas de mercadorias		Juros com mútuos temporários	
	(nota 11)	(nota 15)	(nota 26)	(nota 26)	(nota 11)	(nota 15)	(nota 26)	(nota 26)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	17.194	-	-	-	13.990
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	3.222	-	-	-	4.369
Luiz Las Casas Alves (ii)	-	-	-	2	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	168	-	-	18	72	16	-	16
Carlos Roberto Alves (i)	51	-	-	-	57	14	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	-	-	-	-	87	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii)	53	-	-	209	39	-	-	174
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	-	-	-	-	34	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	151	-	-	71	136	-	-
Sevsa Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	15	-	-	-	7	79	-	-
Mocca Administradora de Aluguéis Ltda. (i) (ii)	-	938	-	11.963	506	-	-	11.204
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	6.247	-	-	-	5.674	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	9.954	-	-	-	8.043
Alves Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	-	7.298
Viana e Silva Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	33	-
AC Brito Participações. (i)	-	4	-					

★ continuação **Notas explicativas da Administração as demonstrações financeiras do Grupo Fatura de Hortifrut S.A.**

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
acumulado da data-base, onde em dezembro de 2025 a taxa era de 5,17%. A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia ("Balanço Patrimonial") e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação ("Nota Explicativa"), conforme sugerido pelo Passivo de arrendamento	327.207	249.269	175.315	133.007	92.372	69.876	55.239	44.080	34.349	26.945	20.176	13.014	6.730
Contábil - IFRS 16/CP6 (R2)	440.273	276.868	193.337	139.147	446.273	73.254	57.771	45.938	35.663	27.827	20.712	13.284	6.824
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	34,6%	11,1%	10,3%	4,6%	4,9%	4,8%	4,6%	4,2%	3,8%	3,3%	2,7%	2,1%	1,4%
Variação	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
Direito de uso líquido - saldo final	318.119	236.290	181.637	135.619	98.044	68.413	52.726	42.218	34.140	26.971	21.534	16.512	10.921
Contábil - IFRS 16/CP6 (R2)	364.586	293.858	225.121	168.218	122.449	86.805	71.039	53.315	42.624	33.279	26.044	19.522	12.640
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	14,6%	24,4%	23,9%	24,0%	24,9%	26,9%	34,7%	26,3%	24,9%	23,4%	20,9%	18,2%	15,7%
Variação	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
Despesa financeira	8.297	6.787	5.090	4.390	2.761	2.056	1.640	1.403	1.149	1.000	995	853	853
Contábil - IFRS 16/CP6 (R2)	3.913	4.943	5.562	4.45	2.789	2.085	1.663	1.423	1.165	1.014	1.009	865	865
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	0,0%	23,9%	9,3%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%
Variação	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
Despesa de depreciação	-(70.978)	(58.568)	(47.045)	(36.624)	(21.532)	(15.058)	(11.802)	(10.163)	(7.826)	(6.865)	(6.820)	(5.787)	(5.787)
Contábil - IFRS 16/CP6 (R2)	-(77.671)	(64.075)	(51.505)	(40.187)	(23.522)	(18.979)	(13.201)	(11.365)	(8.815)	(7.718)	(7.669)	(6.523)	(6.523)
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	0,0%	9,4%	9,0%	9,5%	9,7%	10,6%	26,0%	11,9%	11,8%	12,6%	12,4%	12,5%	12,7%
Variação													

18. Fornecedores:

	Controladora e consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Fornecedores de mercadorias	215.839	151.623
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 14)	170	851
Fornecedores de imobilizado	8.764	10.792
	224.773	163.266

19. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Moeda	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Controladora e consolidado	
			31/12/25	31/12/24
	3,47%			
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1) (c)	RS CDI + 1,80%	Out/2026	170.434	226.447
Cédula de crédito Bancário (Linha de Giro) - (d)	RS CDI + 1,46%	Mai/2027	38.191	63.398
	CDI + 1,30%			
Debêntures (b)	RS CDI + 1,70%	Jan/2030	546.618	544.706
Debêntures - CRA (b)	RS CDI + 1,65%	Dez/2027	57.227	82.235
Notas Comerciais				
Escrituras (e)	RS CDI + 1,93%	Jun/2025	-	60.607
Custos de transação (f)	RS		-(8.795)	(10.905)
			803.675	965.948
Passivo circulante			146.687	194.664
Passivo não circulante			656.988	771.884

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (*aging list*) em 31/12/2025:

Ano	31/12/25	31/12/26
2026	211.583	175.556
2028	175.556	175.556
Acima de 2030	100.556	663.251
Custo de transação	(6.263)	(6.263)
	656.988	656.988

a. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora e consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	965.948	431.475
Captação	865.000	91.118
Juros apropriados (Nota 26)	111.598	158
Juros apropriados - Capitalizados	158	150
Variação cambial	(24.946)	49.865
Juros pagos	(118.850)	(84.849)
Amortização do principal	(139.343)	(379.299)
Custo de transação	(422)	(9.648)
Amortização do custo de transação (Nota 26)	2.532	2.073
Saldo final	803.675	965.948

b. Debêntures: 3ª emissão de debêntures simples - Direitos creditórios do Agronegócio: Em 09/11/2021, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fatura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográafia, em série única, para colação privada, com esforços restritos de distribuição, as quais representam direitos creditórios do agronegócio ("Créditos do Agronegócio"), no termo do §1º, do artigo 23, da Lei nº 11.076, de 30/12/2004, conforme alterada ("Lei 11.076") e do artigo 3º da Instrução da CVM nº 600, de 11/08/2018, conforme alterada ("Instrução CVM 600") no valor de R\$100.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, em 16/12/2021, com vencimento previsto para dezembro de 2027, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 11/03/2022 e do principal ocorreu em 13/12/2023. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA acrescido de 6,5332% (seis inteiros e cinco mil, trezentos e trinta e dois décimos de milésimo por cento) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). Em conjunto a essa SWAP incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Em junho de 2024 a SWAP foi trocado por outros na mesmas condições, porém capturando diferentes datas de publicação do índice (IPCA) na B3, sem possibilitar descasamentos. Em consequente, ocorreu nova emissão de SWAP, com características semelhantes e mesm as condições negociais, mantendo a incidência de juros remuneratórios por meio de Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). Em conjunto a essa SWAP incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano. **4ª emissão de debêntures simples:** Em 18/01/2024, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fatura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográafia em série única, para colação privada, com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$200.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). As debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da data de emissão, em 29/01/2024, com vencimento previsto para janeiro de 2030, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 29/04/2024 e o principal trimestralmente em 13 parcelas, sendo a primeira em 29/04/2024 e a última no vencimento da operação. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,7% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano. **5ª emissão de debêntures simples:** Em 16/12/2024, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fatura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográafia, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, para colação privada, com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$340.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). As debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da data de emissão, em 20/12/2024, com vencimento previsto para dezembro de 2030, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados semestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 20/06/2025 e o principal semestralmente em 9 parcelas, sendo a primeira em 20/12/2026 e a última no vencimento da operação. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,7% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano.

20. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Salários e ordenados	11.056	11.800
Provisão para bônus	16.240	16.402
Outras obrigações	3.748	4.862
INSS a recolher	11.622	11.072
FGTS a recolher	2.884	2.698
Férias e encargos sociais a incorrer	41.247	36.629
13ª salário a incorrer	344	322
	86.797	83.807

21. Obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial em 1º de janeiro	16.402	15.016
Provisão para bônus do exercício	25.029	23.731
Baixas por liquidação	(25.191)	(22.345)
Saldo inicial em 31 de dezembro	16.240	16.402

22. Provisão para processos judiciais:

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Provisões trabalhistas	4.145	11.359
Provisões cíveis	554	661
Provisões tributárias	37	535
	4.736	12.555

23. Patrimônio líquido o. Capital social:

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	12.555	8.230
Constituição/reversão do provisão para processos judiciais	(4.291)	4.612
Pagamentos realizados durante o exercício	(2.439)	(2.688)
Constituição/reversão da atualização monetária	(1.089)	2.401
Saldo final	4.736	12.555

a. Processos com perdas possíveis: O Grupo possui ações de natureza cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos envolvidos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	31/12/25	31/12/24
Cíveis	63	612
Trabalhistas (i)	18.784	16.908
(i) O Grupo detém o valor de R\$ 18.784 milhões de processos trabalhistas classificados como possíveis, não baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e pedidos que não atribuem riscos de inagem ou a não negociação da Companhia, não sendo classificados como "processos trabalhistas individualmente relevantes" ou ainda como "processos repetitivos ou conexos que sejam relevantes em conjunto".		

Carlos Roberto Alves

Participação	31/12/25	31/12/24
Participações Ltda.	30,00%	32,703
Raimundo Desiderio Alves Caetano	7,00%	7,630
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda.	3,50%	3,815
Luz Las-Casas Alves	3,22%	3,510
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1,526
	100%	109,006

Carlos Roberto Alves

Participação	31/12/25	31/12/24
Participações Ltda.	30,00%	32,703
Raimundo Desiderio Alves Caetano	7,00%	7,630
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda.	3,50%	3,815
Luz Las-Casas Alves	3,22%	3,510
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1,526
	100%	109,006

(*) No dia 19/12/2025 foi aprovada a conversão do saldo de Reserva de Lucros no montante de R\$17.568.515,37 (dezessete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e trinta e sete centavos) em aumento do Capital Social da Companhia, que passou a ser valor de R\$ 109.006.965,93 (cento e nove milhões, seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, novecentos e trinta e sete centavos), sem alteração do número de ações. **Reserva de capital:** Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas. **c. Reserva de lucros: Reserva legal:** Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou do valor do saldo desta reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. Em 31/12/2023 a Companhia atingiu o fliete de 20% do capital social para as fins de constituição de reserva legal com termo estabelecido no artigo 193 da lei 6.404/76, desta forma, não realizará mais designação a partir do exercício social de 2024,

exceto se houver alguma alteração no montante do Capital Social. **Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, exceto as para contingências de créditos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atendido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **d. Reserva de benefício fiscal ágio:** A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Obi Growth, após o qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fatura foi registrado em contrapartida ao ativo fiscal diferido de R\$ 48.089 contra a reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido. Em 31/12/2025 o saldo da reserva é de R\$ 26.999 (R\$ 31.908 em 31/12/2024). Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, por meio da empresa vevalto Obi Growth Participações S.A. ("Obi Growth"), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do prepço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido. Em 31/01/2020, a Obi Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação foi reversamente incorporado pela Companhia. No seu reconhecimento inicial, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas. **e. Reserva de benefício fiscal subvenção:** A Companhia está sujeita a determinados incentivos fiscais de ICMS, dentre os quais destaca-se a isenção prevista no Convênio ICMS nº 44, de 15.12.1975 ("Convênio 44/75") para as operações com produtos hortifrutigranjeiros, esses benefícios fiscais reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota, apresentando um montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. A Lei nº 12.973/14, em seu art. 30, § 3º, destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através da conta lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais. A constituição de reserva de subvenção para investimento (reserva de incentivos fiscais) visa cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimento econômico não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido no encerramento do exercício. Contudo, com a revogação do artigo 30 da Lei 12.973/14, houve alteração no tratamento que deverá ser aplicado às subvenções para fins de incidência de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, a partir de 1º/01/2024. Desta forma, os valores subvencionados passaram a ser tributados pelo IRPJ e CSLL. **f. Distribuição de dividendos:** Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/25	31/12/24
Lucro do exercício	79.117	83.043
(-) Reserva legal 5% (*)	-	-
Base de cálculo de dividendos	79.117	83.043
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias) (i)	-	-
(ii) Através da ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA) para os exercícios de 2024 e 2025 e Assembleia Geral Ordinária (AGO) para o exercício de 2025, foi deliberado pela não distribuição de dividendos, com anuência de todos os acionistas de forma irrevogável e irretroativa. (*) Em 31/12/2023 o Grupo atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social conforme estabelecido no artigo 193 da lei 6.404/76. Movimentação de dividendos a pagar:		
Saldo em 1º/01/2025	-	-
Dividendos distribuídos no exercício (i)	35.991	35.991
Dividendos pagos (i)	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-
(i) Em 31/12/2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 35.991 que refere-se a distribuição de dividendos de lucros apurados em exercícios anteriores, o valor foi liquidado nessa mesma data. g. Outros resultados abrangentes: Hedge de fluxo de caixa: A Companhia reconhece nessa rubrica a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuídos a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia, os montantes que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes durante a vigência da relação de hedge, devem ser reclassificados para o resultado financeiro como ajuste de reclassificação no mesmo período, ou períodos, nos quais as transações futuras previstas afetarem o resultado. Em 31/12/2025 foram registrados em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 4.142, sendo que R\$ 6.275 refere-se ao registro do Hedge de Fluxo de Caixa conforme nota explicativa 25.c e R\$ 2.133 refere-se ao efeito tributário conforme nota explicativa 24.3.c.		
24. Receita de vendas:	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
	31/12/25	31/12/24
Vendas de mercadorias	3.488.853	3.167.210
Vendas de serviços e demais receitas	3.927	2.822
Receita bruta total	3.492.780	3.170.032
Doulevções e abatimentos	(4.995)	(3.850)
Tributos federais, estaduais e municipais	(295.429)	(262.992)
Receita operacional líquida	3.192.356	2.903.190

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	31/12/25	31/12/24
Imposto utilizado de operações continuadas antes dos impostos	120.530	127.781
Multas não dedutíveis	(34)	(34)
Despesas indedutíveis	(0,9)	(1,056)
Outros	0,3	349
Resultado da equivalência patrimonial	-	11
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,2	198
Ganho de capital regime caixa	0,2	189
Baixa de Passivo de Arrendamento	0,2	188
Total do imposto corrente e diferido	(34,36)	(

★ continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

	Passivos mensurados pelo valor justo instrumentos de hedge				
	Controlada		Consolidado		
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	29.c	17.660	18.591	17.660	18.591

	Passivos mensurados ao custo amortizado				
	Controlada		Consolidado		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	803.675	965.948	803.675	965.948
Passivo de arrendamento	17.b	453.825	465.794	453.825	465.794
Fornecedores	18	224.773	163.266	224.773	163.266
Contas a pagar	–	22.101	13.061	22.101	13.061
Outros passivos	–	1.248	1.545	1.248	1.551
		1.505.622	1.609.614	1.505.622	1.609.620
		1.523.282	1.628.205	1.523.282	1.628.211

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	–	–	2.598	2.598
Instrumentos financeiros derivativos	21.432	21.432	36.093	36.093
Caixa e equivalentes de caixa	82.213	82.213	241.120	241.120
Contas a receber de clientes	188.899	188.899	205.123	205.123
Investimentos temporários	457.239	457.239	391.513	391.513
Mútuo a receber com partes relacionadas	91	91	–	–
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	17.660	17.660	18.591	18.591
Empréstimos, financiamentos e debêntures	803.675	803.675	965.948	965.948
Passivo de arrendamento	453.825	453.825	465.794	465.794
Fornecedores	224.773	224.773	163.266	163.266
Contas a pagar	22.101	22.101	13.061	13.061
Outros passivos	1.248	1.248	1.545	1.545

d. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31/12/2025 e 2024, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor de referência		Valor justo		Ganho/Perda	
			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ganho								
Banco Votorantim	Swap	IPC	56.093	80.741	48.168	72.566	7.925	8.175
Banco Santander	Swap	USD	145.591	160.885	132.084	132.967	13.507	27.918
						21.432	36.093	
Perda								
Banco Itaú	Swap	USD	30.550	67.628	48.210	86.219	(17.660)	(18.591)
						(17.660)	(18.591)	
						3.772	17.502	

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível a época. **Instrumentos financeiros designados para hedge accounting:** Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo Fartura administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de pagamento. A partir de 2022, a Companhia designa formalmente para hedge accounting de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuíveis a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do Pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia. A estrutura de hedge accounting consistiu nas estratégias de gestão de risco do Grupo Fartura que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Modalidade	Prazos	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor	
					31/12/25
4.1.3.1	Nov/2023 a Out/2026	Δ Cambial + 3,6818%	100% CDI + 2,18%	Notional USD	4.860
4.1.3.1	Fev/2027 a Fev/2030	Δ Cambial + 5,3890%	100% CDI + 1,80%	Notional USD	25.199

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos está demonstrada abaixo:

	Hedge de Fluxo de Caixa		Derivativos não designados como hedge accounting		Instrumentos financeiros	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	(18.591)	(40.002)	36.093	9.102	17.502	(30.900)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado (Notas 26)	(28.984)	5.968	(14.661)	26.165	(43.645)	32.133
Ganhos (perdas) reconhecidos no ORA	6.275	(292)	–	–	6.275	(292)
Recebimento (pagamento) em caixa	23.640	15.735	–	826	23.640	16.561
Saldo final	(17.660)	(18.591)	21.432	36.093	3.772	17.502

e. Gestão de capital: O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, certificados de Recebíveis Agrícolas (incluindo de curto e longo prazos) e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31/12/2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	19	803.675	965.948	803.675	965.948
Total do passivo de arrendamento (*)	17.b	453.825	465.794	453.825	465.794
Caixa e equivalentes de caixa	9	(82.213)	(241.120)	(82.213)	(241.419)
Aplicações financeiras	10	–	(2.598)	–	(2.598)
Dívida líquida		1.175.287	1.188.024	1.175.287	1.187.725
Total do patrimônio líquido		729.087	681.819	729.087	681.819
Total do capital próprio e de terceiros		1.904.374	1.869.843	1.904.374	1.869.544
Índice de alavancagem financeira - %		62%	64%	62%	64%

(*) Não considerado para fins de cálculo dos compromissos assumidos nas captações de empréstimos e financiamentos e debêntures.

Alex Alves dos Santos Brito	Alexandre Otomo de Almeida	Pedro Henrique Barboza	Fernanda Nave Catanio
Presidente	Diretor Financeiro	Diretor de Controladoria	Contadora - CRC: SP-295308/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Os Diretores do **Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22, com sede na Avenida Americo Ribeiro dos Santos, s/n - Lote Gleba 06B, Parque Bandeirantes I (Nova Veneza), na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, CEP 13181-715 ("Companhia"), declaram, nos termos do artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso VI, ambos da Resolução CVM 80/2022, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua conclusão nesta data.

Sumaré (SP), 30 de março de 2026

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores do **Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22, com sede na Avenida Americo Ribeiro dos Santos, s/n - Lote Gleba 06B, Parque Bandeirantes I (Nova Veneza), na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, CEP 13181-715 ("Companhia"), declaram, nos termos do artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso V, ambos da Resolução CVM 80/2022, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação nesta data.

Sumaré (SP), 30 de março de 2026

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. - Sumaré - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de vendas:** Veja as Notas 7.c e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** As receitas da Companhia são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo, as quais são pulverizadas, descentralizadas e ocorrem em grande volume. A receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfetiva que possa afetar a aceitação dos produtos. A receita é reconhecida no momento efetivo da venda, quando do faturamento, que é substancialmente o momento que a obrigação de

desempenho é atendida. Devido à relevância dos valores envolvidos e do volume de transações, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Entendimento do processo relacionado ao reconhecimento da receita; - Teste analítico substantivo da receita, através da movimentação das entradas de caixa relativas à vendas; - Testes documentais, por meio de amostragem, a fim de validar as informações relevantes utilizadas para o teste substantivo da receita; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de vendas, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada

f. Gestão de risco financeiro: (i) Considerações gerais; O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(ii) Gerenciamentos de riscos:** O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber. O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo

a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. *Risco de liquidez:* A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

Controladora e Consolidado	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratuais				
			Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31/12/2025							
Empréstimos e financiamentos e debêntures	–	799.903	1.066.202	219.723	296.100	550.379	–
Fornecedores	18	224.773	224.773	224.773	–	–	–
Passivo de arrendamento	17.b	453.825	453.825	93.891	125.540	155.007	79.387
Contas a pagar	–	22.101	22.101	22.101	–	–	–
Em 31/12/2024							
Empréstimos e financiamentos e debêntures	–	948.446	1.436.457	283.702	262.837	781.000	108.918
Fornecedores	18	163.266	163.266	163.266	–	–	–
Passivo de arrendamento	17.b	465.794	465.794	93.891	90.650	131.784	149.469
Contas a pagar	–	13.061	13.061	13.061	–	–	–

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas em 2025. Em 31/12/2025, o Grupo apresenta um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 82.213. Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados. Onde o prazo médio de recebimento não foi alterado e o maior percentual de recebimento das vendas do Grupo são por meio de cartões de débitos e créditos que assegura o recebimento no prazo. **g. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial:** O Grupo está exposto ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros. **(i) Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI) e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir: *Seleção dos riscos:* O Grupo selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos, como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial. Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 40 (IFRS 7)

(ii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - DI: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Accrual	MTM	Ganho/(Perda)			
					31/12/25	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras	maio/26	Variação DI	70.009	70.009	(136)	(229)	55	151
Investimentos Temporários	jan/30	Variação DI	391.513	481.847	59.643	118.472	(60.524)	(121.989)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	mai/2027	Variação DI	38.191	38.645	1.113	2.245	(1.096)	(2.175)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)	Out/2026 a Fev/2030	Variação DI	174.813	173.593	43.426	86.852	(43.426)	(86.852)
Debêntures (5ª Emissão)	dez/30	Variação DI	341.231	352.078	25.271	50.933	(24.897)	(49.436)
Debêntures (4ª Emissão)	jan/30	Variação DI	205.387	212.747	14.143	28.614	(13.832)	(27.367)
Debêntures (3ª Emissão)	dez/27	Variação IPCA	49.301	57.190	1.761	3.506	(1.778)	(3.574)

(iii) Risco da taxa cambial: O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio. **(iv) Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Accrual	MTM	Ganho/(Perda)			
					31/12/25	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Linha de crédito em moeda estrangeira	Out/2026 a Fev/2030	Cambio	174.813	173.593	17.370	26.056	(17.370)	(43.426)
Derivativos	Out/2026 a Fev/2030	Cambio	468.340	465.149	(17.388)	(26.082)	17.388	43.470

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos daqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. **a. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

30. Demonstração do fluxo de caixa: A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:
Controladora e consolidado
Adições de ativo de direito de uso
Imobilizado - Adições
Imobilizado - Baixas
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos (66.837) (109.118)
Adições de passivo de arrendamento
Instrumentos financeiros
Outros resultados abrangentes
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos 73.755 114.410
31. Eventos subsequentes: Captação de empréstimos: Em 08/01/2026 foi realizada a captação de empréstimos junto ao BTG Pactual no valor de R\$ 150.000 milhões, com taxa CDI+ 2,35% a.a. e vencimento final em 08/01/2029. **Mútuo a receber:** No dia 02/02/2026 foi realizado a título de mútuo a receber junto a sócia Crala Empreendimentos e Participações Ltda. no montante de R\$ 36,341 milhões.